

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2020**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0891/2020**

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS ESCOLARES E MÓVEIS, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES/BA.

**IMPUGNANTE: TECNOLÍNEA INJETADOS PLÁSTICOS LTDA.**

**JULGAMENTO DA IMPUGNAÇÃO**

A Pregoeira do Município de Luís Eduardo Magalhães/BA, tendo em vista a impugnação apresentada pela empresa **TECNOLÍNEA INJETADOS PLÁSTICOS LTDA**, opina sobre os pedidos formulados, nos seguintes termos:

**I – DA TEMPESTIVIDADE.**

A contagem do prazo na modalidade Pregão Eletrônico, o prazo é de 03 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, e cabe à Pregoeira decidir, no prazo de 02 (dois) dias úteis, de acordo com a disciplina do Art. 24 do Decreto nº 10.024/2019, que regulamenta a forma eletrônica do pregão no âmbito da Administração Pública federal:

*Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.*

*§ 1º. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado do data de recebimento da impugnação.*

Assim, verifica-se que a presente impugnação é **TEMPESTIVA**, vez que foi interposta dentro do prazo legalmente previsto.

## II- DAS ALEGAÇÕES.

Em suas alegações a empresa impugnante argumenta que:

*“Verificando o edital da presente licitação, fls. 36, item 7.1 do edital, se denota que o prazo de entrega das mercadorias finais é somente 10 (dez) dias após o recebimento da nota de empenho. O prazo concedido não se mostra compatível com a fabricação dos bens e transporte de cadeiras. A impugnante tem a sua sede no interior do Rio Grande do Sul e somente o transporte até o interior da Bahia, necessita de ao menos 6 (seis) dias de viagem para a entrega, ultrapassando (e muito) o prazo de entrega concedido.*

*A saber, a empresa licitante ou mesmo a fabricante, não possuem em pronta entrega todos os bens que fabrica. Necessitando assim, realizar o pedido de fornecimento o que poderá demorar entre 10 (dez) e 15 (quinze) dias, conforme a quantidade de bens empenhados.*

*No entendimento da impugnante, um prazo que varia entre 30 (trinta) e 45 (quarenta e cinco) dias é o ideal para se conseguir a entrega em prazo.”*

Por fim, a impugnante requer:

*“A alteração do edital para majorar os prazos de entrega em tempo proporcionável e compatível com a fabricação e transporte dos bens.”*

## III – DO MÉRITO

Preliminarmente faz-se necessário frisar que nossos editais são pautados sob a legalidade e na busca do aperfeiçoamento e aprimoramento da aquisição de bens e/ou contratação dos serviços.

A Administração Pública Municipal visa no processo licitatório contratar o objeto pelo melhor preço, o que significa que a licitante deve atender as especificações e exigências constantes no Termo de Referência, ofertando produtos de boa qualidade com o menor custo possível, obedecendo ao Princípio da Economicidade.

Cabe ressaltar que o presente Edital foi analisado e aprovado pela Procuradoria Geral do Município, nos termos do Artigo 38 da Lei nº 8.666/93. Assim, para excluir ou modificar uma cláusula do Edital, antes se faz necessário verificar se, realmente, a mesma está incorreta, restritiva ou ilegal.

Em análise à impugnação apresentada pela empresa **TECNOLÍNEA INJETADOS PLÁSTICOS LTDA**, a Pregoeira esclarece que, após consulta à Secretaria Municipal de Educação, órgão solicitante do objeto em comento, não é possível atender a solicitação da impugnante quanto à prorrogação do prazo de entrega, haja vista que o Município tem necessidade em obter os móveis, objeto em comento, tão logo o processo licitatório seja homologado.

Ressaltamos que é de conhecimento desta Administração, a atual situação das empresas em virtude da Pandemia do COVID-19, com a consequente redução na carga horária, menor número de funcionários, reduzindo assim a produção das fábricas. Portanto, quando do pedido do objeto licitado, o prazo de entrega poderá ser negociado diretamente com o Gestor do Contrato, devidamente justificado pela empresa contratada, de modo que não cause prejuízo à Administração, conforme disposto no Item 7.1 do Termo de Referência.

Cabe ressaltar que a Administração procura sempre o fim público, respeitando todos os princípios basilares da licitação e dos atos administrativos, mormente o da legalidade, da isonomia, o da vinculação ao instrumento convocatório e o do julgamento objetivo.

Tais princípios norteiam essa atividade administrativa, impossibilitando o administrador de fazer prevalecer sua vontade pessoal, e impõem ao mesmo o dever de pautar sua conduta segundo as prescrições legais e editalícias.

Aliás, este é o ensinamento da Lei nº 8.666/93, que prescreve, *in verbis*:

*Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (grifos nossos)*

Assim, cumprirá ao edital traçar em seu corpo, dentre outras diretrizes, aquelas imprescindíveis à aferição da habilitação dos licitantes, de forma que, uma vez preenchidos, presumir-se-á a aptidão do licitante para executar o contrato. Somente desta forma será garantido um julgamento objetivo e isonômico, sem deixar margens a avaliações subjetivas.

#### **IV – DA DECISÃO.**

Por todo o exposto, conheço da Impugnação interposta pela empresa TECNOLÍNEA INJETADOS PLÁSTICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 93.448.959/0001-75, por ser própria e tempestiva, para, no mérito, NEGAR - LHE PROVIMENTO, permanecendo inalterados todos os termos do Edital.

Luís Eduardo Magalhães - Bahia, 24 de Setembro de 2020.

**NISSARA SCHLEDER**  
**Pregoeira**